



**Centro de bem-estar
social de Coz**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxo de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação.....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	18
7. Inventários	19
8. Rédito.....	20
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
10. Benefícios dos empregados	20
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
12. Outras Informações	21
12.1. Investimentos financeiros.....	21
12.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
12.3. Clientes e Utentes.....	22
12.4. Outras contas a receber.....	22
12.5. Diferimentos	22
12.6. Outros ativos financeiros.....	23
12.7. Caixa e Depósitos Bancários	23
12.8. Fundos Patrimoniais	23
12.9. Fornecedores	23
12.10. Estado e Outros Entes Públicos	24
12.11. Outras Contas a Pagar	24
12.12. Fornecimentos e serviços externos	24
12.13. Outros rendimentos e ganhos	25

12.14. Outros gastos e perdas	25
12.15. Resultados Financeiros	25
12.16. Acontecimentos após data de Balanço	26

Balço

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	337.018,19	337.044,05
Bens do património histórico e cultural		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	12.1	619,37	344,27
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		337.637,56	337.388,32
Ativo corrente			
Inventários	7	569,77	379,52
Créditos a receber	12.3	12.117,11	3.181,76
Estado e outros Entes Públicos	12.10	782,35	1.369,61
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12.2	26.738,00	23.160,00
Diferimentos		-	-
Outros ativos correntes	12.4/6/9	11.254,91	11.371,01
Caixa e depósitos bancários	12.7	3.311,58	3.977,66
Subtotal		54.773,72	43.439,56
Total do Ativo		392.411,28	380.827,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.8	23.965,56	23.965,56
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	12.8	17.497,79	6.112,08
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	12.8	128.228,25	131.540,68
Resultado Líquido do período	12.8	(640,02)	11.385,71
Total dos fundos patrimoniais		169.051,58	173.004,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6	125.454,93	130.229,36
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		125.454,93	130.229,36
Passivo corrente			
Fornecedores	12.9	25.820,27	14.367,66
Estado e outros Entes Públicos	12.10	4.680,12	4.055,96
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12.2	119,00	78,00
Financiamentos obtidos	6	16.524,00	10.951,76
Diferimentos	12.5	-	628,80
Outros passivos correntes	12.11	50.761,38	47.512,31
Subtotal		97.904,77	77.594,49
Total do passivo		223.359,70	207.823,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		392.411,28	380.827,88

Coz, 06 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	176.442,64	174.169,16
Subsídios, doações e legados à exploração	9	104.374,97	107.754,33
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(43.680,91)	(52.062,03)
Fornecimentos e serviços externos	12.12	(46.447,59)	(41.826,55)
Gastos com o pessoal	10	(201.361,90)	(181.764,51)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	12.13	25.458,67	23.676,90
Outros gastos	12.14	(172,49)	(166,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14.613,39	29.780,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(7.413,86)	(9.878,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.199,53	19.902,41
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	2,54	-
Juros e gastos similares suportados	12.15	(7.842,09)	(8.516,70)
Resultados antes de impostos		(640,02)	11.385,71
Imposto sobre o rendimento do período			-
Resultado líquido do período		(640,02)	11.385,71

Coz, 06 de março 2018

Demonstração dos Resultados por Funções

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Convívio	Fornecimento de Alimentação	Outras actividades	Coz' Art	PERÍODOS	
							2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	144.980,15	6.999,54	22.151,52	158,43	2.153,00	176.442,64	174.169,16
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-31.149,72	-1.659,88	-9.308,99	-434,19	-1.128,13	-43.680,91	-52.062,03
Resultado bruto		113.830,43	5.339,66	12.842,53	-275,76	1.024,87	132.761,73	122.107,13
Outros rendimentos	9/12.3	109.128,01	11.169,85	6.229,94	805,84	2.500,00	129.833,64	131.431,23
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gastos administrativos	5/10/12.12	-181.360,92	-53.594,06	-14.349,63	-1.822,22	-4.096,52	-255.223,35	-233.469,56
Gastos de investigação e desenvolvimento							0,00	
Outros gastos	12.14	-121,97	-11,01	-35,12	-4,39	0,00	-172,49	-166,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		41.475,55	-37.095,56	4.687,72	-1.296,53	-571,65	7.199,53	19.902,41
Gastos de financiamento (líquidos)	12.15	-5.642,15	-514,02	-1.489,85	-193,53	0,00	-7.839,55	-8.516,70
Resultados antes de impostos		35.833,40	-37.609,58	3.197,87	-1.490,06	-571,65	-640,02	11.385,71
Imposto sobre o rendimento do período								0,00
Resultado líquido do período		35.833,40	-37.609,58	3.197,87	-1.490,06	-571,65	-640,02	11.385,71

Coz, 06 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	12.8	23.965,56			573,82			134.853,11	5.538,26	164.930,75		164.930,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											-		-
Alterações de políticas contabilísticas											-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-		-
Realização do excedente de revalorização											-		-
Excedentes de revalorização											-		-
Ajustamentos por impostos diferidos											-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					5.538,26			(3.312,43)	(5.538,26)	(3.312,43)			(3.312,43)
	2		-	-	5.538,26	-	-	131.540,68	(5.538,26)	(3.312,43)	-		(3.312,43)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	12.8							11.385,71	11.385,71			11.385,71
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								5.847,45	8.073,28	-		8.073,28
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Distribuições													
Outras operações		12.8								-			-
	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+4		23.965,56	-	-	6.112,08	-	-	131.540,68	11.385,71	173.004,03	-	173.004,03

Coz, 06 de março 2018

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	12.8	23.965,56	-	-	6.112,08	-	-	131.540,68	11.385,71	173.004,03	-	173.004,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											-		-
Alterações de políticas contabilísticas											-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-		-
Realização do excedente de revalorização											-		-
Excedentes de revalorização											-		-
Ajustamentos por impostos diferidos											-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					11.385,71			(3.312,43)	(11.385,71)	(3.312,43)			(3.312,43)
	7		-	-	11.385,71	-	-	(3.312,43)	(11.385,71)	(3.312,43)	-		(3.312,43)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	12.8							(640,02)	(640,02)			(640,02)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								(12.025,73)	(3.952,45)	-		(3.952,45)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados		12.8									-		-
Distribuições		12.8									-		-
Outras operações													
	10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10		23.965,56	-	-	17.497,79	-	-	128.228,25	(640,02)	169.051,58	-	169.051,58

Coz, 06 de março 2018

Demonstração dos Fluxo de Caixa

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	8/12.3	168.136,09	183.294,50
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	12.9	(86.728,52)	(90.037,90)
Pagamentos ao pessoal	10	(202.010,69)	(185.331,10)
Caixa gerada pelas operações		(120.603,12)	(92.074,50)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	12.13	137.558,02	135.455,61
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		16.954,90	43.381,11
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(9.801,86)	(29.416,08)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	12.1	(275,10)	(221,84)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(10.076,96)	(29.637,92)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	6	8.888,00	5.000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	(8.589,93)	(8.870,74)
Juros e gastos similares	6	(7.842,09)	(8.516,70)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(7.544,02)	(12.387,44)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		(666,08)	1.355,75
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.977,66	2.621,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.7	3.311,58	3.977,66

Coz, 06 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro de Bem Estar Social da Freguesia de Coz é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de solidariedade Social (IPSS), com estatutos publicados no Diário da República n.º 71, de 26/03/1991, III Série, registada no livro n.º 4, a fl. 161, das IPSS, com a inscrição n.º 9/91, considerando-se efetuado em 22 de outubro de 1990, com sede em Ruas das Barrias, n.º 65, 2460-396 Coz, freguesia de Coz e concelho de Alcobaça. Tem como atividades principais o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o Centro de Dia (CD), que funcionam com acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS). O Centro desenvolve também a atividade secundária de fornecimento de alimentação a alunos das escolas da freguesia, através de celebração de protocolo com a Câmara Municipal de Alcobaça, para a prestação deste serviço.

Estas atividades são exercidas para que a instituição possa prosseguir os seus objetivos, que se podem resumir na boa prestação de apoios sociais à população da freguesia, nomeadamente a mais carenciada.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as necessárias alterações, produzidas pelo Decreto-Lei n.º 978/2015, de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Nota 12 – 12.3 e 12.9) e “*Diferimentos*” (Nota 12 – 12.4).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 e 50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4, 5 e 3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de*

justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, também do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates/Ref orço	Transferências /Desreconheci mento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	56.523,78	-	-	-	-	56.523,78
Edifícios e outras construções	318.005,11	-	-	-	-	318.005,11
Equipamento básico	24.877,94	9.537,58	-	-	-	34.415,52
Equipamento de transporte	42.609,32	10.000,00	-	-	-	52.609,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	23.981,07	-	-	-	-	23.981,07
Outros Ativos fixos tangíveis	40.022,13	-	-	-	-	40.022,13
Total	506.019,35	19.537,58	-	-	-	525.556,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	60.877,25	-	3.180,05	-	-	64.057,30
Equipamento básico	16.332,64	-	2.461,51	-	-	18.794,15
Equipamento de transporte	39.863,39	-	3.745,93	-	-	43.609,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21.538,97	-	491,01	-	-	22.029,98
Outros Ativos fixos tangíveis	40.022,13	-	-	-	-	40.022,13
Total	178.634,38	-	9.878,50	-	-	188.512,88

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências /Desreconheci mento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	56.523,78	-	-	-	-	56.523,78
Edifícios e outras construções	318.005,11	5.000,00	-	-	-	323.005,11
Equipamento básico	34.415,52	-	-	-	-	34.415,52
Equipamento de transporte	52.609,32	-	-	-	-	52.609,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	23.981,07	2.388,00	-	-	-	26.369,07
Outros Ativos fixos tangíveis	40.022,13	-	-	-	-	40.022,13
Total	525.556,93	7.388,00	-	-	-	532.944,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	64.057,30	-	3.180,05	-	-	67.237,35
Equipamento básico	18.794,15	-	2.513,95	-	-	21.308,10
Equipamento de transporte	43.609,32	-	1.000,00	-	-	44.609,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	22.029,98	-	719,86	-	-	22.749,84
Outros Ativos fixos tangíveis	40.022,13	-	-	-	-	40.022,13
Total	188.512,88	-	7.413,86	-	-	195.926,74

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	5.600,00	124.028,35	129.628,35	5.007,84	130.229,36	135.237,20
Loações Financeiras	924,00	1.426,58	2.350,58	1.443,92	-	1.443,92
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	10.000,00	-	10.000,00	4.500,00	-	4.500,00
Total	16.524,00	125.454,93	141.978,93	10.951,76	130.229,36	141.181,12

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Empréstimos Bancários

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	6.600,00	7.452,00	14.052,00	5.007,84	8.472,00	13.479,84
De um a cinco anos	31.400,00	29.808,00	61.208,00	20.031,36	33.888,00	53.919,36
Mais de cinco anos	101.628,35	-	101.628,35	115.418,38	-	115.418,38
Total	139.628,35	37.260,00	176.888,35	140.457,58	42.360,00	182.817,58

Locações

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	5.047,92	(700,82)	4.347,10
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3.554,04	(514,00)	3.040,04	1.166,04	(80,94)	1.085,10
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	3.554,04	(514,00)	3.040,04	6.213,96	(781,76)	5.432,20

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a leasings, eram os seguintes:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	964,18	1.236,00	2.200,18	-	-	-
De um a cinco anos	1.386,00	1.854,54	3.240,54	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	2.350,18	3.090,54	5.440,72	-	-	-

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	598,83	51.842,72	-	379,52	51.728,54	(7.857,38)	569,77
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	598,83	51.842,72	-	379,52	51.728,54	(7.857,38)	569,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				52.062,03			43.680,91
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se referem na totalidade a matérias-primas.

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	6.356,05	5.882,55
Prestação de Serviços	170.086,59	168.286,61
Quotas dos utilizadores	143.423,56	145.096,03
Quotas e Jóias	6.368,00	6.539,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outras	20.295,03	16.651,58
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	176.442,64	174.169,16

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2016 e de 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	104.374,97	107.754,33
Centro Regional de Segurança Social	94.694,88	92.747,76
Município	2.500,00	6.500,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional	7.180,09	8.506,57
...	-	-
Total	104.374,97	107.754,33

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2016 e 2017, foram 11.

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 e em 31/12/2017 foi de 17.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	163.384,72	147.776,21
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	34.370,89	31.799,47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.887,78	1.259,88
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1.718,51	928,95
Total	201.361,90	181.764,51

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, no final dos períodos em análise, foram os que constam do quadro seguinte:

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos Financeiros	619,37	344,27
Fundo compensação do trabalho	619,37	344,27
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	619,37	344,27

12.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, estas rubricas, apresentavam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	26.738,00	23.160,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	26.738,00	23.160,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Quotas	119,00	78,00
...	-	-
...	-	-
Total	119,00	78,00

12.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	12.117,11	3.181,76
Clientes	10.413,99	1.460,18
Utentes	1.703,12	1.721,58
Total	12.117,11	3.181,76

12.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.254,91	11.371,01
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	11.254,91	11.371,01

12.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Rendimentos a reconhecer		
Apoios do IEFP	-	628,80
Total	-	628,80

12.6. Outros ativos financeiros

A rubrica de “Outros ativos financeiros”, em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Caixa Agrícola	500,00	500,00
	-	-
	-	-
...	-	-
Total	500,00	500,00

12.7. Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e de 2017, encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	25,73	1.375,84
Depósitos à ordem	3.285,85	2.601,82
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	3.311,58	3.977,66

12.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	23.965,56	-	-	23.965,56
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	6.112,08	11.385,71	-	17.497,79
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	131.540,68	-	(3.312,43)	128.228,25
Resultados líquidos	11.385,71	(640,02)	-	10.745,69

12.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	25.820,27	14.367,66
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(1.500,00)	(1.500,00)
Total	24.320,27	12.867,66

12.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	782,35	1.369,61
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	782,35	1.369,61
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	276,28	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	657,00	527,41
Segurança Social	3.746,84	3.528,55
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	4.680,12	4.055,96

12.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	18.942,37	-	10.503,00
Remunerações a pagar	-	18.942,37	-	10.503,00
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	31.819,01	-	37.009,31
Outros credores	-	-	-	-
Total	-	50.761,38	-	47.512,31

12.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	15.719,72	12.232,61
Materiais	3.014,94	2.917,82
Energia e fluidos	15.590,81	16.133,83
Deslocações, estadas e transportes	344,53	85,00
Serviços diversos (*)	11.777,59	10.457,29
Limpeza, higiene e conforto	6.246,89	5.141,92
Seguros	3.401,89	3.250,03
comunicação	1.694,81	1.505,52
Total	46.447,59	41.826,55

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.13. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida como segue:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	26,74	8,20
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.054,62	-
Outros rendimentos e ganhos	24.377,31	23.668,70
Total	25.458,67	23.676,90

12.14. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	6,63	66,38
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	25,00
Outros Gastos e Perdas	165,86	75,01
Total	172,49	166,39

12.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.842,09	8.516,70
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	7.842,09	8.516,70
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2,54	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	2,54	-
Resultados financeiros	(7.839,55)	(8.516,70)

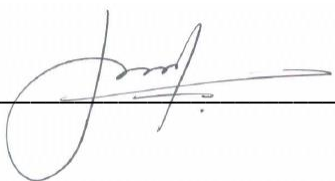
12.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coz, 5 de março de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção
